



A Esplanada: preservação assegurada

# Niemeyer vê justiça na decisão da Unesco

MAISA LACERDA  
NAZÁRIO

Especial para o CORREIO

"Brasília justifica tudo o que possa preservá-la. Ela responde, no plano urbanístico, a uma opção importante: simples, lógica e bela, sem sombra de dúvida", afirmou o arquiteto Oscar Niemeyer, apoiando a inscrição da capital na lista de monumentos e conjuntos arquitetônicos designados pela Unesco patrimônio da humanidade.

Brasília é o primeiro — e até agora o único — conjunto arquitetônico do Século 20 a entrar na lista de patrimônio da humanidade, estabelecida pelo Comitê do Patrimônio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Anualmente, o Comitê se reúne para examinar, à luz de critérios bem estabelecidos, a inscrição de um patrimônio cultural ou natural, solicitada oficialmente por um Estado-membro, no caso de patrimônio cultural. O Comitê recorre ao Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), órgão não governamental, antes de tomar sua decisão.

Até essa última reunião, de 7 a 11 passado, apenas haviam sido inscritos importantes monumentos e conjuntos construídos no passado — como por exemplo, a Acrópole (Grécia), os templos de Luxor e Karnak (Egito), as mesquitas e darsas (escolas corânicas) de Samarkand (República do Uzbequistão, URSS), o Mont Saint-Michel (França) e o Taj Mahal (Índia).

Brasília é, portanto, o primeiro conjunto moderno de todo o mundo a entrar para a lista. A proposta do Governo brasileiro foi levada ao Comitê pela delegação chefiada pelo embaixador brasileiro junto à Unesco, Josué Montello, e integrada pelos ministros Macedo Soares e Silva Telles, e pelos conselheiros João Carlos Souza Gomes, Sérgio Florêncio e Isis de Andrade. Foi aprovada por unanimidade, no último dia 7.

A capital do País se torna também o sétimo conjunto brasileiro incluído na lista, após Ouro Preto, Olinda, São Miguel das Missões, o Pelourinho de Salvador, Congonhas do Campo e o Parque Nacional de Iguaçu (patrimônio natural).

Embora a aprovação pelo Comitê do Patrimônio dê o direito a pleitear verbas para a manutenção ou restauração do conjunto ou de partes dele, para Brasília essa decisão representa mais um status adquirido do que uma questão monetária — assegura o professor Silva Telles, delegado brasileiro ao Comitê do Patrimônio.

"A proposta tem também um caráter político" — afirma Silva Telles. "É a única capital de um país incluída como patrimônio da humanidade, e construída dentro dos princípios do Século 20, a partir da arquitetura introduzida na década de 30. Na época do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. Muitas outras grandes cidades modernas, como Washington, Camberra, Nova Delhi, Goiânia e Belo Horizonte, nasceram ainda de um urbanismo do Século 19. Brasília foi a primeira concebida a partir de uma metodologia urbanística do Século 20. Além disso, é uma criação brasileira. Ela foi incluída, então, pela sua unicidade: a única cidade, a única capital, o único conjunto contemporâneo e nascido de critérios nossos".

"Brasília é cidade aérea, rodoviária cidade-parque" — lembra Silva Telles, citando trecho de um documento escrito pelo urbanista Lúcio Costa. "Brasília é uma das raras cidades no mundo que têm tanta área verde", sustenta o ministro.

A condição para que a cidade guarde sua condição de patrimônio cultural é a existência de uma legislação que a defenda. Já existe um decreto (nº 10.831) regulamentando o artigo 38 da Lei Santiago Dantas (Lei nº 3.751, de 13/4/60), que organizou o Distrito Federal. Por enquanto, a área protegida é apenas a do Plano Piloto, delimitada ao norte, pelo Córrego Bananal; ao Sul, pelo Córrego Vicente Pires; a Leste, pelo Lago Paranoá; a Oeste pela rota do parque industrial, e incluindo os dois eixos que estruturam o Plano Piloto. Já se pensa no entanto, em

expandir a área a ser protegida, em decreto a ser submetido à aprovação do Congresso Nacional tão logo sejam concluídos os trabalhos da Assembleia Constituinte.

No projeto e na legislação de proteção da capital como patrimônio, no entanto, estão previstas duas orientações simultâneas: garantir o desenvolvimento da cidade, e preservar as características únicas e fundamentais do Plano Piloto. A idéia é evitar, por exemplo, que se multipliquem superquadras de forma arbitrária e desordenada, e que se criem ruas formando um xadrez que descaracterizaria o plano original da cidade.

Quanto às verbas da Unesco a que dá direito a inscrição como patrimônio da humanidade, a delegação brasileira acredita que não ser-ao necessárias, "porque o Brasil tem meios para resolver esses problemas, e também porque Brasília foi construída com material exclusivamente nacional, e não tem, portanto, necessidade de contribuições externas nesse sentido".

Lúcio Costa e Oscar Niemeyer estão plenamente de acordo com os termos em que se baseia a preservação da concepção urbanística de Brasília, o que pode ser confirmado com a leitura dos textos que ambos acrescentaram ao grosso dossiê apresentado ao Comitê do Patrimônio, para a defesa da proposta.

Para Niemeyer, Brasília "é caracterizada pela predominância da máquina, a independência dos setores e esse jogo de escalas que Lúcio Costa concebeu tão bem. As habitações são acolhedoras, no meio dos jardins, e o Eixo Monumental grandioso como o exige uma capital. Além disto, ela representa o esforço extraordinário de um povo que, respondendo aos entusiasmos de seu presidente, a construiu em apenas quatro anos. Ela marca um período de otimismo, de liberdade e de esperança que os brasileiros jamais esqueceram".

"É o deserto transformado em metrópole, e é esta que, por sua vez, cria a riqueza e o progresso lá onde até então só existiam abandono e solidão. Sua arquitetura que, em seus volumes e seus espaços livres, seguiu o Plano Piloto, representa o estado de espírito e a reação de um arquiteto que desprezou dogmas e preconceitos estabelecidos. A meu ver, Brasília merece a promoção desejada pelo governador José Aparecido, que a dirige com tanto amor" — conclui o arquiteto.

Josué Montello, embaixador brasileiro junto à Unesco, afirma que a inscrição de Brasília como patrimônio mundial "corresponde à maturidade plena da arte brasileira, conjugada ao poder político do País e à capacidade de realização do nosso povo". Para Montello, Brasília resulta do encontro de "um grande presidente, um grande urbanista e um grande arquiteto, numa fase de plenitude democrática".

"Se Assis Chateaubriand fosse vivo, exultaria com o reconhecimento mundial da importância de Brasília como primeiro monumento moderno que tem o reconhecimento de nosso tempo. Ele, que tinha o sentido de universalidade, soube ver em Brasília a, universalidade brasileira" — considera o embaixador Josué Montello. "O CORREIO BRAZILIENSE, criado por ele ao tempo de criação de Brasília, é o espelho da própria cidade na sua grandeza e na sua importância como gênio brasileiro".

"Quando comuniquei ao presidente Sarney o reconhecimento de Brasília como monumento da humanidade, tive a oportunidade de acentuar que no governo dele se completava a obra do presidente Kubitschek" — prossegue. "Eu, que fui testemunho do nascimento e da maturidade de Brasília, rejubilo-me de ter dado o melhor de mim mesmo como embaixador do Brasil para que a obra de Juscelino tivesse o seu coroamento necessário. Registro de modo especial aqui a profunda emoção com que Oscar Niemeyer recebeu de mim a notícia da inclusão de Brasília dentre as obras capitais do patrimônio da humanidade e quero estender o meu aplauso a Lúcio Costa, cujo gênio está igualmente na origem da cidade", conclui Josué Montello.

13 DEZ 1987